

## RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS, PRODUÇÕES DOCUMENTAIS E ARQUIVOS PESSOAIS

### AFRO-BRAZILIAN RELIGIONS, DOCUMENTARY PRODUCTIONS AND PERSONAL ARCHIVES

Fernando Corteze<sup>1</sup>  
Carlos Henrique Juvêncio<sup>2</sup>

#### RESUMO

Os cadernos de fundamentos são instrumentos essenciais para a memória e conflitam com a tradição oral, que está ligada fortemente à ancestralidade e à resistência às novas tecnologias no âmbito religioso. Pode-se entender esses documentos como arquivos pessoais, que são objetos de estudo da Arquivologia e ainda podem ser tratados como diários, onde possivelmente os membros da umbanda e do candomblé retratam o dia a dia e as atividades nos locais sagrados. O cerne da pesquisa está em analisar bibliografias referentes às religiões afro-brasileiras, a fim de demonstrar a proximidade desses documentos com os requisitos e critérios da Arquivologia, assim como, nesses espaços, os membros e adeptos produzem documentos de grande importância para a memória religiosa.

**Palavras-chave:** arquivos pessoais; Candomblé e Umbanda; cadernos de Fundamentos; documento; etnografias.

#### ABSTRACT

Cadernos de Fundamentos are essential instruments for memory and conflict with oral tradition, which is strongly linked to ancestry and resistance to new technologies in the religious sphere. These documents can be understood as personal archives, which are objects of archival study and can also be treated as diaries, where members of Umbanda and Candomblé possibly portray the daily life and activities in sacred places. The core of the research is to analyze bibliographies referring to Afro-Brazilian religions, in order to demonstrate the proximity of these documents with the requirements and criteria of Archivology, as well as, in these spaces, members and adherents produce documents of great importance for religious memory.

**Keywords:** Personal archives; Candomblé and Umbanda; Cadernos de Fundamentos; Document; ethnographies.

Data de submissão: 12 nov. 2021

Data de aprovação: 24 jun. 2022

<sup>1</sup> Arquivista (2021) Graduado pela Universidade Federal Fluminense, atualmente é Graduando em Biblioteconomia e Documentação pela mesma Universidade. Membro do grupo “Sociedade, Memória e Poder” liderado pelo Prof. Dr. Carlos Henrique Juvêncio. E-mail: [fernandocorteze@id.uff.br](mailto:fernandocorteze@id.uff.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1905-5461>.

<sup>2</sup> Doutor (2016) e mestre (2014) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF) da Universidade de Brasília (UnB), possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação (PPGCI) e do Departamento de Ciência da Informação, ambos da Universidade Federal Fluminense. E-mail: [carlosjuvencio@id.uff.br](mailto:carlosjuvencio@id.uff.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2376-4823>.

## 1 INTRODUÇÃO

As religiões afro-brasileiras como o candomblé, a umbanda, a quimbanda, a jurema sagrada, o tambor de minas, dentre outras inúmeras religiões com influência, não apenas da cultura africana, mas com particularidades dos cultos indígenas brasileiros, possuem algo em comum: a produção documental religiosa. Essas religiões são consequência da diáspora africana, da escravização da população e da exploração do continente, dessa forma, tais religiões foram levadas forçadamente para outros lugares. As doutrinas religiosas são predominantemente orais desde o continente africano, nos cultos tribais e introduzido no candomblé, em sua gênese e, posteriormente, nas demais religiões.

Na construção deste artigo, a função primordial é contextualizar as religiões afro-brasileiras, dando ênfase ao candomblé e à umbanda, com a produção documental nos espaços sagrados. Qual é a relação entre os documentos e a oralidade? Quais os documentos produzidos no âmbito dos terreiros de candomblé e umbanda? Qual a função desses documentos para os membros da religião? No contexto do candomblé tem-se como linguagem mais utilizada em seus terreiros<sup>3</sup> a linguagem oral, por meio dela é repassado o conhecimento, assim como toda a ritualística. Nessa perspectiva, é fundamental salientar a geração de documentos pessoais e como a Arquivologia os define.

É preciso, principalmente, salientar que as doutrinas afro-brasileiras estão passando por um processo de construção nos ambientes formais, onde, anteriormente, não haviam estudos nem tampouco conceitos nas ciências a respeito da existência dos registros produzidos pelas instituições religiosas e de seus membros, ou melhor, seus adeptos. Na academia, alguns autores como Pierre Verger (1990) e Reginaldo Prandi (2001) deram uma visão diferente à religião, abrindo também espaço para novos discursos e ampliação da cientificação das religiões afro-brasileiras, Campos Filho (2019, p. 34) discorre com relação a “algumas obras atuam na correção da invisibilidade da história do candomblé pelos espaços da academia” o que é fundamental e indispensável para a popularização do discurso religioso nas universidades.

---

<sup>3</sup> São espaços físicos destinados aos cultos das religiões. É definido como “local de realização dos rituais do candomblé”. O mesmo que casa-de-santo, roça, barracão, *ilê*”. (OLIVEIRA, 2019)  
R. Bibliomar, São Luís, v. 21, n. 1, p. 30-46, jan./jun. 2022.

No que tange a Arquivologia e a Ciência da Informação, no âmbito da documentação produzida nos espaços sagrados, é preciso atentar para os cadernos e textos escritos pelos membros dos terreiros, dos quais fazem parte as comunidades das religiões estudadas. Os documentos diversos que são pouco vistos e investigados pelo nível de segredo — que é tratado pelos religiosos como pilar da religião — hoje em dia tornaram-se objeto de estudo das ciências humanas e sociais, e Castillo (2010, p. 32) confronta a relação entre o saber público e o segredo, no qual o segundo é a chave para manter os princípios e os “fundamentos”, termos que serão abordados em breve, intactos. Incluindo a forma como as informações internas da religião chegam fora do espaço sagrado e até que ponto a sociedade e os não adeptos podem ter acesso a elas. Todos esses fatores estão interligados com a produção documental e a oralidade, em religiões onde a tradição oral é fortemente marcante e preservada, e a escrita ainda é não bem vista.

Acerca dos documentos produzidos nos templos religiosos, é importante salientar que além dos administrativos, como quaisquer instituições produzem (contas de água, luz, boletos, comprovantes de pagamentos, declarações de bens e afins), os membros filiados à casa possuem seus cadernos para fazer anotações, como diários. Os cadernos de fundamentos ou diários de *axé*<sup>4</sup> sob a ótica Arquivística, são arquivos pessoais, onde Bearman (1994 apud CAMARGO, 2008, p. 7) os definem como “[...] ego documentos, ou seja, dos documentos que são expressão da individualidade, dos sentimentos íntimos, das subjetividades, ou do mundo espiritual”. Sendo assim, esses instrumentos refletem a realidade e os feitos dos religiosos nos templos, tendo em seu interior, o conteúdo de caráter sigiloso e pessoal, como foi visto, respeitando o segredo, mas, ainda é possível ter conhecimento que é usado para descrever o que é vivenciado nas atividades diárias e nos rituais sagrados das religiões, que agregam as rezas, cânticos, ervas, nomes e termos em línguas como o *yorubá*, comidas dos *orixás* e diversas outras particularidades que cabem ao proprietário do item.

A presença desses instrumentos populares nos espaços sagrados estão ligados à memória e a ancestralidade, e o estudo deles é fundamental para a compreensão das tradições escritas e orais dos povos de terreiros, incluindo a forma como são tratados pelas ciências, também como serão tratados por elas, por exemplo,

---

<sup>4</sup> É a força vital. Termo utilizado nas religiões de matrizes africanas como saudação e para dar sentido a tudo o que é positivo.

de que forma a Arquivologia, como a “[...] disciplina que tem por objetivo conhecimento dos arquivos” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 30). Consequentemente, outro campo de estudo dessa ciência, são os arquivos e documentos pessoais, onde esses registros etnográficos podem ser analisados como diários pessoais, fonte de grande conhecimento e importância para a população dos terreiros, além da subjetividade e vastidão que esses acervos oferecem para os pesquisadores.

Na construção do presente artigo, foi necessário a análise de textos na área da Arquivologia e da Ciência da Informação para ter embasamento teórico no que se refere aos arquivos e documentos pessoais. Com isso, obras de Camargo (2008, 2009) foram utilizadas para reafirmar a importância dos documentos pessoais, incluindo também referências de dicionários da área Arquivística para definir terminologias específicas das quais estavam sendo tratadas. O que corresponde às religiões afro-brasileiras em especial o candomblé, é imprescindível a utilização de Castillo (2010) como fonte segura de pesquisa, além de Silva (1995), que são dois grandes autores que tratam de etnografias e cadernos de fundamentos das religiões brasileiras.

A escolha das palavras-chave está de acordo com critérios metodológicos da Ciência da Informação, onde a recuperação e o levantamento de dados está ligado diretamente ao tema, como por exemplo os cadernos de fundamentos, e outra denominação nesse mesmo campo de pesquisa religioso, que são as etnografias. As palavras-chave foram escolhidas diretamente para recuperação da informação, tendo sentido e ligação com o artigo. Tratando da metodologia para aquisição dos resultados obtidos, debruçando-se de abordagens qualitativas para pesquisar em base de dados de universidades renomadas como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), periódicos e publicações de instituições como o Arquivo Nacional, entre diversas outras bases de dados.

## **2 DOCUMENTOS E ARQUIVOS PESSOAIS PARA A ARQUIVÍSTICA**

A sociedade produz naturalmente registros, desde as pinturas rupestres na “pré-história” — termo utilizado erroneamente para povos sem sistema de escrita, já que não existia — até as notas fiscais, e-mails eletrônicos, boletos de contas, fotografias, registros em áudio e vídeo no mundo contemporâneo, todas essas maneiras de documentar e registrar fazem parte do cotidiano da população. A definição popular de documento é conhecida e descrita pelo Dicionário *Michaelis*

(2015) “[...] qualquer escrito ou impresso que fornece uma informação ou prova, usado para esclarecimento de algo [...]”, isto é, no primeiro plano, os documentos no contexto social e jurídico são utilizados para o fator de testemunho e prova.

Na Ciência da Informação (CI), o documento é, de acordo com o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 132), “[...] suporte de informação, para Paul Otlet, documento é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é também, o filme, o disco [...]”. Os documentos na Arquivologia são conhecidos por serem detentores de “[...] proveniência, categoria, espécie e tipo [...]” (BELLOTTO, 2008, p. 9), e ainda são fontes de informação de suma importância para a ciência arquivística, alguns conceitos são fundamentais como: gênero (textual, audiovisual, multimídia, digital), espécie documental (atestado, certificado, carta, memorando), tipo documental que segundo o e-ARQ Brasil (2011, p. 28): “[...] documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica de registro [...]”, como por exemplo: cadernos de fundamentos — que será abordado—, atas de reunião, atestado de frequência, entre outros.

Além disso, os documentos arquivísticos possuem valores intrínsecos, inerentes à produção deles, como o valor primário que é, conforme o Dicionário de Brasileiro de Terminologia Arquivística, associado aos fins administrativos “[...] em função do interesse que possa ter para a entidade produtora [...]” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 171). Já o valor secundário possui um fim diferente da atividade que gerou a criação do documento, assim sendo, “[...] interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido [...]” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 172), todavia, nem todo documento possui valor secundário, havendo a necessidade de eliminação e não arquivamento.

A Arquivologia trata dos documentos produzidos e acumulados por pessoas físicas com um outro olhar, os chamados arquivos pessoais ou os arquivos de pessoas (CAMARGO, 2009) são conhecidos pela complexidade ao serem compreendidos pela gama e infinidade de tipos de documentos em seu conjunto, formando assim, o fundo documental de determinada pessoa. Os arquivos pessoais são extensos, podendo abarcar, como é visto por Camargo (2009, p. 29), desde os “[...] livros, objetos, móveis

e, no limite, até mesmo espaços edificados [...]”, o que depende do nível de prestígio do indivíduo.

Tais acervos podem ser constituídos por meio de doação, empréstimo ou iniciativa privada, assim como comumente membros de alta relevância das áreas sociais, políticas, religiosas e científicas têm seus objetos e documentos doados para instituições para fins específicos, como estudo, exposição e pesquisa. Há ainda, uma grande problemática ao tratamento técnico nos arquivos pessoais, que difere dos institucionais, o principal fator é a independência dos documentos:

[...] os documentos dos arquivos pessoais são tratados como se desfrutassem de autonomia de significado, razão por que não apenas vêm descritos individualmente como ainda se conformam a regras universais de referência (autor, título, assunto etc.). Cada documento, independentemente de sua extensão ou característica física, passa a configurar um universo cuja identificação nada deve às circunstâncias em que foi produzido, nem às relações orgânicas que mantém com outros itens do arquivo (CAMARGO, 2009, p. 30).

Essa independência pode ser analisada como uma grande dificuldade para os arquivistas, incluindo, também, a ausência de datas, locais, e outras informações relevantes que trazem ao documento o atributo primordial que é a autenticidade. Todavia, é necessário atentar-se que, nos arquivos acumulados e produzidos por pessoas, os profissionais da informação encontrarão meios inusitados de registros que ainda sim não dependem de sinais de validação (CAMARGO, 2008).

### **3 O CANDOMBLÉ E A UMBANDA COMO RELIGIÃO**

A diáspora africana influenciou culturalmente todos os territórios dos quais os escravizados estavam, seja nas vestimentas, na gastronomia, na agricultura, na literatura ou na religião, certamente de maneira velada e explorada pelos colonizadores. Os africanos vindos de várias regiões do continente africano, desembarcavam nos portos brasileiros e eram obrigados mais uma vez a abdicar de sua fé e sentiam-se perdidos devido à difícil comunicação com escravizados de outros locais, indígenas e os colonizadores europeus.

Nascimento (2010, p. 927) discorre que grande parte dos povos trazidos para o Brasil eram os *bantus* (angolas, caçanjes, bengalas, etc) que hoje fariam parte da atual região do Congo, Angola e Moçambique. E os *sudaneses* (iorubás ou nagôs, jejes, fanti-ashantis, etc) da atual Nigéria, Benin e Togo. O que não exclui a existência de outros grupos e povos, todavia, os bantus e sudaneses possuíam maior influência e deixaram marcas em diversas partes da cultura brasileira.

A catequização era um hábito comum para trazer os negros e indígenas para a religião católica cristã, proibindo o culto das religiões e crenças do país de origem, o que obrigou dar uma outra imagem as ritualísticas, o sincretismo com imagens de santos católicos, facilitando o culto aos *orixás*:

No Brasil não seria diferente com os africanos que aqui chegavam. A catequização foi feita, e o negro, por sua vez, foi batizado e renomeado, de preferência, com nome de santos católicos, ex: José, João, Sebastião, Maria. Tudo que os afastassem de suas religiões de matrizes africanas, seria bem-vindo. Mas a resistência vinda por parte dos africanos tornava seus cultos ainda possíveis, através de seus batuques, suas danças e suas rezas em geral, desde que os negros, o fizessem em homenagem aos santos católicos. É importante deixar claro que o aspecto “folclórico” e musical era aceito, mas a “magia” não era permitida. Sacrifícios de animais, invocações, conhecer o futuro, nada disso seria “lícito”. Mas o fato é que o negro, mesmo declarando-se cristão, não deixou de acreditar em seus deuses (MOREIRA; SILVA, 2015, p. 69).

É possível evidenciar que o sincretismo religioso surgiu em decorrência desses fatores, da repressão ao culto, até então considerados primitivos. A origem do candomblé dá-se a vinda dos povos escravizados para as colônias europeias, onde antes, em sua terra natal os cultos eram individuais e com deuses ou divindades diferentes, foram obrigados a ter que abdicar de sua fé devido a catequização ou unir à outros escravizados e as condições da colônia em que viviam.

Os negros escravizados, mesmo reprimidos, utilizavam de sua fé para amenizar o sofrimento causado pelos opressores, como as danças, as ervas que serviam para banhos e cura, os cultos as escondidas e a ritualística que difere totalmente do catolicismo, no qual o transe causava medo e repúdio aos olhares avessos. Ocorreu, durante o período de escravidão, uma forte perda de identidade cultural, e um dos fatores que pode estar ligado é a morte de membros mais velhos de tribos e, também, a extinção de grupos étnicos, dos quais não existiam registros escritos ou outra forma de manter aquela cultura latente (ODÉ KILEUY; VERA DE OXAGUIÃ, 2009).

Em 1888, com a Lei Áurea, os escravizados libertos passaram a viver nas cidades, antes era comum que eles estivessem nas fazendas realizando trabalhos braçais, e os que já viviam nas cidades migraram para os cortiços, devido à Proclamação da República em 1889 e aos moldes europeus que estavam sendo implantados, incluindo a forte imigração para mão de obra, dos quais os negros e “mulatos”, como eram chamados, já não eram bem vistos para uma cidade dita civilizada, ocasionando na segregação da população antes escravizada. Nascimento

(2010, p. 934) que os Planos Sanitaristas que ocorreram no Rio de Janeiro em 1893, sucederam a demolição de diversos cortiços, fazendo com que a população que lá habitava desloca-se para o Morro da Providência, construindo novos casebres. A cultura e a herança africana não eram bem vistas nesse cenário com ideias europeus:

[...] o sucessivo combate a herança africana presente em nossa cultura vista como primitiva e atrasada; o gradativo isolamento dos núcleos negros, considerados pela polícia local de malandros, criminosos, bêbados, desocupados, etc. [...] e principalmente a religião, onde os deuses eram recebidos no êxtase do transe produzido por danças sensuais, músicas agitadas e alegres, e que envolvia o consumo de comidas exóticas e de bebidas, em alguns casos, alcoólicas (NASCIMENTO, 2010, p. 934).

O candomblé é uma religião com uma vasta herança cultural, que se originou da miscigenação dos cultos tribais do continente africano, onde os *orixás*<sup>5</sup>, *voduns*<sup>6</sup> e *inquices*<sup>7</sup> eram cultuados, geralmente, separadamente. Outra questão pouco conhecida, é uma religião monoteísta, isto é, possui uma única figura como deus supremo onde “Nação *Ketu* é *Olodumare*, para a Nação *Bantu* [Angola] é *Zambi*, para a nação *Jeje* é *Mawu*” (NASCIMENTO, 2010, p. 235). A denominação candomblé é para unir a religião a diversas nações dentro dessa terminologia, das quais as mais conhecidas são as nações *Ketu*, *Angola*, *Jeje*, *Efon* e etc. Ainda é possível encontrar nos terreiros uma tentativa de remeter naquele espaço como uma herança cultural africana, incluindo na hierarquia familiar de “santo” - como são conhecidos os membros das religiões afro-brasileiras. Autores como o médico Nina Rodrigues (1900) com “O animismo fetichista dos negros bahianos”, onde foi um marco para a religião e a população negra dos terreiros, mesmo que de forma negativa, em que o autor destacava o transe dos adeptos, o culto de forma tribal, pitoresca e quase esquizofrênica, com olhar preconceituoso e racista.

Além de Nina Rodrigues, o escritor e jornalista João do Rio<sup>8</sup> publicou uma série de notícias e crônicas em jornais na Capital Federal, Rio de Janeiro, a respeito das religiões praticadas pelos negros libertos chamada “As religiões do Rio” (1904-). Com diversos informantes nos terreiros de candomblé, casas de *ifá* e culto de *egungun*,

<sup>5</sup> Ancestrais adorados nas nações *Ketu* e *Efon*. Mais conhecidos pela sociedade de modo geral e de culto mais difundido.

<sup>6</sup> Os *voduns* são divindades cultuadas na nação *Fon* (*Jeje*), geralmente cultuados aos pés de árvores, das quais possuem ligações e fundamentos (ODÉ KILEUY; VERA DE OXAGUIÃ, 2009, p. 290).

<sup>7</sup> São divindades cultuadas pela nação Angola. Inicialmente mascarados, onde a língua falada é o Bantu. O nome dos inquices pode variar, devido ao grande número de escravizados que chegaram ao Brasil de diversas regiões da África (ODÉ KILEUY; VERA DE OXAGUIÃ, 2009, p. 281).

<sup>8</sup> Pseudônimo de Paulo Barreto, escritor e jornalista carioca.

como descreve João “Noutro dia, mais ou menos à meia noite, estávamos no ilê-saim ou casa das almas. O *egungun* é uma cerimônia quase pública – e se jogava *Ifá*” (JOÃO DO RIO, 1904 apud CONDURU, 2010, p. 178). O nível de desconhecimento da população com relação às religiões praticadas pelos negros era imensurável, que as publicações, mesmo com visão de terceiros, por ter apenas relatos de informantes, foi um sucesso, sendo publicado em livro e levando em consideração os altos índices de analfabetismo da população.

A umbanda surge em um cenário onde o candomblé já está firmado como religião, após inúmeros ataques a terreiros e até leis que proíbem o culto, o Artigo 157 do Código Penal de 1890, onde fetichismo, magia e espiritismo eram considerados crimes, e tendo findado apenas em 1939. Com influência de religiões como o catolicismo, kardecismo e cultos indígenas, a gênese da umbanda dá-se no Rio de Janeiro, mais precisamente no município de São Gonçalo, na década de 1910, e posteriormente:

[...] por volta das décadas de 1920 e 1930, quando kardecistas da classe média do rio de Janeiro, são Paulo e Rio Grande do sul, passaram a mesclar com suas práticas elementos das tradições religiosas afro-brasileiras, e a professar e defender publicamente essa mistura com o objetivo de legitimá-la com status de nova religião (NASCIMENTO, 2010, p. 937).

É possível analisar que a umbanda surge em um contexto social e econômico contrários ao do candomblé, onde inicialmente os membros da religião eram predominantemente brancos, até a sua popularização e maior aderência nos subúrbios e comunidades, principalmente do Rio de Janeiro, que havia a maior quantidade de barracões. O sincretismo religioso já fazia parte da realidade dos negros escravizados, que eram obrigados a cultuar suas divindades com imagens católicas, o que tornou um hábito da população e do contexto religioso, incluindo grupos como os *calundus*, que comunidades religiosas de escravizados, nas quais eram descritos por cultos que englobavam superstições europeias, ritualísticas africanas e elementos católicos (NASCIMENTOS, 2010, p 931). É fundamental salientar tais grupos religiosos e suas particularidades devido ao surgimento da umbanda como religião legítima brasileira, principalmente pelas semelhanças entre esses grupos com a crença atual:

[os *calundus*] eram parcialmente organizados em torno de sacerdotes geralmente chamados de “calundu” ou “calundeiro”, “feiticeiros” ou “preta mestre”, e que em seus cultos englobavam uma grande variedade de cerimônias misturando os elementos africanos (atabaques, transe por possessão, adivinhação por meio de búzios, trajes rituais, sacrifício de

animais, banhos de ervas, ídolos de pedra, etc.) aos elementos católicos (crucifixos, anjos católicos, sacramentos como casamentos) e ao espiritismo e superstições populares de origem europeia (adivinhação por meio de espelhos, almas que falam através dos objetos ou incorporando nos vivos, etc.)

Em outro contexto, outros grupos religiosos denominados *cabula*, que eram comunidades de ex escravizados do fim do século XIX que reuniam-se para invocar espíritos da natureza. Esses grupos possuíam grande influência dos povos bantus e males, principalmente na linguagem e nos termos para denominar objetos sagrados, rituais e etc., Moreira e Silva (2015, p. 72) ressaltam a atuação desse grupo:

[...] a reunião dos cabulistas, que ocorria em determinada casa, ou nas florestas, chamava-se mesa, sendo as principais a da Santa Bárbara, e a da Santa Maria. As reuniões eram secretas e aconteciam à noite, os cabulistas vestiam-se de branco e invocavam espíritos protetores da floresta. E mais uma vez, podemos notar o sincretismo religioso e o culto aos santos católicos (MOREIRA; SILVA, 2015, p 72).

O significado da palavra umbanda é derivado do dialeto bantu, e tem influência direta das práticas cabulistas, devido ao líder religioso ser denominado *embanda*, além de outros termos como *pemba*<sup>9</sup>, *cambone*<sup>10</sup>, “[...] e o que nos leva a crer que possivelmente pode ter fundamentado o nome da religião que se formou pela ação desses líderes ou se difundiu com sua prática [...]” (NASCIMENTO, 2010, p. 938). A forte influência da pajelança indígena é presente desde a fundação da umbanda, até a década de 1910, com o médium Zélio de Moraes e o Caboclo das Sete Encruzilhadas, com a formação oficial de uma nova religião, voltada para a caridade e o bem comum.

A umbanda possui o compromisso identitário com as “três raças” como é visto e observado por Birman<sup>11</sup> (1985) e a autora ressalta a importância da influência indígena e africana para a identidade religiosa. Incluindo o que foi fator chave para a decisão de declarar a doutrina como patrimônio imaterial na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2016. O Decreto de nº 42557/2016, oficialmente sendo disponibilizado no Diário Oficial no dia 07 de novembro de 2016 “Declara Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial a Umbanda e cria o cadastro dos terreiros de umbanda” (RIO DE JANEIRO, 2016), um passo importante para os adeptos e centros religiosos da cidade do Rio de Janeiro e até do Brasil, servindo de exemplo para um processo de reconhecimento

<sup>9</sup> Pó feito a base de ingredientes minerais e vegetais utilizado em cultos da umbanda e candomblé.

<sup>10</sup> Na umbanda, cambone auxilia o líder espiritual do terreiro e os demais médiuns no momento do transe.

<sup>11</sup> BIRMAN, P. O que é umbanda. São Paulo: Abril Cultural; São Paulo: Brasiliense, 1985. 108 p.

como religião importante para o país e para a memória religiosa nacional, além dos lugares de memória<sup>12</sup> para determinados grupos oprimidos por uma cultura até então, majoritariamente cristã e com marcas da colonização europeia.

#### 4 OS DOCUMENTOS NOS ESPAÇOS RELIGIOSOS

Há nesses espaços, considerados sagrados para as comunidades religiosas, um grande confronto entre as tradições orais e a vivência, contrapondo com os registros escritos e a produção documental nos terreiros. A oralidade é a forma como grande parte dos povos do continente africano, que não possuíam sistemas codificados, se comunicavam e registravam — por meio da fala — seus hábitos, histórias, cantigas, tradições familiares e entre outras inúmeras relações do cotidiano sem um suporte físico. Hampaté Bâ (2010, p. 167) estabelece o vínculo entre a memória viva e a oralidade, dando ênfase à importância da linguagem falada para parte dos povos africanos, e que nada supera a relação entre a transmissão “boca a ouvido”.

O candomblé contemporâneo utiliza de artifícios que são vistos com maus olhos por parte da comunidade santa, que são os cadernos de fundamento. Esses instrumentos modernos, poucos vistos pela sociedade, tanto que as definições são amplas e poucos autores estudam sobre o assunto, as pesquisas etnográficas que transcendem os muros dos terreiros observam a importância da escrita para trazer a aproximação com os as tradições africanas, podendo utilizar esses apontamentos como fontes seguras de estudos.

A autora Lisa Earl Castillo (2010, p. 87) empenhou-se para definir e trazer para a academia uma visão antropológica com relação aos *cadernos de fundamentos*<sup>13</sup>, e aponta brevemente como “[...] um registro de fundamentos religiosos utilizados como auxílio à memória”. O adepto utiliza o caderno de fundamento para relatar alguma informação importante vivida e que será colocada em prática posteriormente, servindo apenas de alicerce para consulta.

---

<sup>12</sup> Lugares de memória podem estar ligados apenas aos espaços físicos onde a “memória reside”, ou no suporte em que é registrado o fato que se torna memória. É necessário ir além dos arquivos, museus, bibliotecas e os espaços como os monumentos habituais, construídos pós-guerras ou eventos importantes. A indagação feita por Gonçalves (2015, p. 16) é relacionada aos vetores de memória e não apenas aos lugares de memória, deixando de lado a institucionalização da memória e pensando nos espaços ainda não observados.

<sup>13</sup> O termo fundamento no candomblé é empregado para relacionar à determinadas ritualísticas com certo nível de sigilo - ou não, como por exemplo: cantigas, rituais internos de iniciação, rezas, oferendas, comidas e entre muitos outros, assim como pode ser aplicado para a essência de algo importante na religião.

Além de cadernos, as anotações podem estar presentes em folhas avulsas de papéis, ou qualquer outro suporte que possibilite o registro nele, e Andrade (2017) ressalta que há uma diversidade de suportes para esses registros, por mais que sejam denominados “cadernos de fundamentos”:

Estes cadernos, que chamamos aqui de “cadernos de fundamentos”, é um caderno, folha, texto, ou qualquer forma que possibilite a escrita, onde cada iniciado, de forma individual, marca, faz mapa, seu diário, de suas experimentações, andanças, histórias, cálculos, cantigas, fundamentos entre outros, adquiridos então e coletados dentro do culto, a partir do toque e do encontro, sendo estes de diversas formas [...]. (ANDRADE, 2017, p. 43).

Já o antropólogo Vagner Gonçalves da Silva, evidencia em seu livro *Orixás da Metrópole* (1995) a importância da tradição oral como papel chave nas relações de poder nos terreiros de candomblé e, principalmente, pela senioridade no culto. Quando trata de definir os instrumentos etnográfico, Silva (1995) utiliza “sistematização do conhecimento”, o que é visto na Arquivologia como uma Representação da Informação, por meio de um documento, o autor destaca que são “[...] escritos por eles mesmos para reter de maneira mais segura os conhecimentos que são adquiridos com o decorrer do tempo e que são utilizados cotidianamente [...]”, (SILVA, 1995, p. 247), no qual assemelha-se com os diários. Ainda, os cadernos de fundamentos: “[...] contêm anotações como os procedimentos de iniciação dos orixás, rezas (ingorossi), fórmulas de *ebós* e oferendas, receitas de banhos utilização de folhas sagradas e nome dos *odús* e seus significados no jogo de búzios.”. (SILVA, 1995, p. 247).

O processo de codificação de religiões que antes eram apenas representadas pela cultura e tradições orais como o candomblé e o ifá<sup>14</sup> são consideráveis para esses grupos religiosos.

Além dos cadernos de fundamentos, Castillo (2010) traz outro dispositivo semelhante a esses citados acima, que são os *cadernos de iaô*<sup>15</sup>, e segundo a autora é “[...] preparado em alguns terreiros pelas pessoas mais velhas para iaôs novatas [...]” (CASTILLO, 2010, p. 89), nesses cadernos é possível encontrar informações básicas referentes ao culto, das quais o iaô possui permissão para saber. Alguns terreiros de candomblé como o Opô Afonjá na Bahia têm como hábito desde o tempo

---

<sup>14</sup> Culto religioso patriarcal comum em diversos países do continente africano e assim como no Brasil, utilizam métodos divinatórios e itãs (poemas/contos) da mitologia iorubá para representar o significado do odu.

<sup>15</sup> Adepto que passou pelo ritual de iniciação. Alguém deixa de ser iaô para a obrigação de sete anos (OLIVEIRA, 2019).

de Mãe Senhora, assim como outros barracões do estado, paralelamente, não é, de fato, todas as casas da religião de matriz africana que possui o hábito e a permissão para os mais novos e tampouco para os mais velhos de documentar os acontecimentos do terreiro, sendo uma proibição ou simplesmente uma falta de costume (CASTILLO, 2010). E os *cadernos de ebomis*<sup>16</sup>, em algumas casas, apenas os ebomis possuem permissão para obter seus cadernos de fundamentos — denominados cadernos de ebomis — mas com a mesma finalidade registrar e servir de apoio para atividades que foram vividas no barracão.

A umbanda possui a mesma tipologia e, por ser uma religião criada por uma elite intelectual com maior acesso à leitura, escrita, com forte influência do sincretismo religioso, principalmente do catolicismo, todos esses fatores fizeram com que não só a oralidade — que é presente — mas a escrita e a literatura são fatores primordiais para a religião. Incluindo na produção editorial de livros desde a gênese da religião, o que aproximou a comunidade acadêmica, ao contrário do candomblé, por ser um culto extremamente fechado e oral. Ainda assim, os instrumentos de registros são presentes na doutrina com o mesmo intuito do candomblé, manter a relação entre o que é visto, ouvido e vivenciado, para ser colocado em prática posteriormente.

A relação entre a produção documental e os terreiros é algo visto não apenas nos cadernos, mas também na produção e acumulação de documentos administrativos, o que não será abordado, abstendo apenas no que se diz respeito aos diários pessoais dos membros da religião. Esses documentos produzidos e acumulados nos espaços sagrados podem ser analisados com olhar da Arquivística, quando são vistos como diários pessoais, Cunha e Cavalcanti (2008, p.123) os definem como “[...] relação, dia a dia, de impressões, confissões e fatos que são de interesse na vida de uma pessoa física ou jurídica. Documento que relata a vida cotidiana de seu autor. => memórias [...]”.

Ainda é pertinente examinar como essas etnografias estão inseridas na realidade dos diários. Os cadernos de fundamentos são usados geralmente quando o membro da religião está iniciando no culto e, posteriormente, utiliza para fins de consulta e reprodução mais próxima do fato registrado e vivido. Essas anotações são diárias e necessárias para os membros que estão iniciando a vida espiritual, tornando-

---

<sup>16</sup> Assim como os iaôs, os ebomis são membros que passaram pelo processo de iniciação e cumpriram sete anos após iniciado.

se um diário pessoal. Nesses registros também, analisando a posteriori, a cronologia — mesmo que ausente de datas — e a evolução do adepto em sua caminhada religiosa.

A nomenclatura para tais documentos, como Camargo (2009, p. 30) enfatiza, são os *documentos autobiográficos*, e estão inseridos nos arquivos pessoais, de forma subjetiva, e a autora salienta a respeito dos egodocumentos:

Não mais apenas o relato que abarca retrospectivamente a totalidade de uma vida e lhe descobre um nexos, do ponto de vista de seu desenvolvimento interno, mas também o testemunho descontínuo — um relato de infância, alguns anos de um diário de adolescente, uma série de cartas à família — que ganha sentido em relação a determinado contexto factual, a determinada situação repertoriada ou à proximidade com textos da mesma natureza.

Essa aproximação dos cadernos de fundamentos ou diários do axé podem estar na função de utilizá-los como, de fato, para registrar o dia a dia dos membros dos terreiros. E como o arquivista ou profissional da informação irá analisar esses instrumentos de forma isolada ou no fundo/acervo, terá que ignorar a ausência muitas vezes da cronologia e espaço geográfico que são informações fundamentais nos documentos produzidos por instituições administrativas, e é o que difere dos arquivos pessoais e de todo o olhar minucioso do profissional com o documento estudado, e Camargo (2009, p. 30) relaciona o tratamento dos arquivos pessoais a autonomia dos demais itens e documentos:

Submetidos a abordagem bibliográfica, os documentos dos arquivos pessoais são tratados como se desfrutassem de autonomia de significado, razão por que não apenas vêm descritos individualmente como ainda se conformam a regras universais de referência (autor, título, assunto etc.).

Ademais, os cadernos de fundamentos podem e devem ser investigados como itens de um acervo ou arquivo pessoal, mais precisamente como diários, onde os membros das religiões de matrizes africanas não os utilizam apenas “[...] para guardar segredos de ordem estritamente litúrgica [...] encontramos pessoas que cultivavam o hábito de escrever subjetividades outras em seus cadernos” (ARAÚJO; LIMA, 2018, p. 194). Assim, os demais instrumentos etnográficos como os cadernos de iaô, os cadernos de ebomi que possuem as mesmas funções, podem ser classificados como diários, na Arquivologia, são denominados como documentos autobiográficos, pela subjetividade e a autonomia do autor em registrar sentimentos, aprendizados, relatos, histórias e outras questões do universo religioso.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a vinda dos povos escravizados, devido à diáspora africana, gerou um enorme impacto cultural para a sociedade que até hoje reflete, inclusive nos aspectos religiosos, como foi visto no candomblé e na umbanda.

Ao analisar a nova realidade das religiões afro-brasileiras com a introdução da escrita é não se abster das tradições que as mantêm de pé, como a oralidade, o segredo e a vivência nos ambientes sagrados.

A tradição oral continua sendo e sempre será o único e maior meio seguro de aprendizado dentro do candomblé, que, assim como nas religiões tribais originárias da África, utilizavam das palavras faladas para proferir o conhecimento e perpetuar as informações aprendidas durante gerações. E, esse meio de comunicação é importante para a comunidade religiosa estrategicamente, devido ao modo como o culto é disposto hierarquicamente, tendo os mais velhos como símbolo de sabedoria e detentor de conhecimento, repassando para os mais novos em determinadas situações e ritualísticas.

Paralelamente, o diálogo faz-se necessário entre a oralidade e a escrita por meio dos cadernos de fundamentos, ou o que podemos definir como diários de axé, que são peças chaves na preservação da memória desses grupos religiosos, além de servirem como instrumentos para pesquisas etnográficas. A Arquivologia examina os arquivos pessoais e privados como acervos produzidos ou obtidos de forma subjetivas, da mesma forma que esses materiais são produzidos pelos membros da umbanda e do candomblé, onde não só depositam cantigas, conhecimento sobre ebós, ervas, comida das entidades, mas como a percepção do espaço religioso ao seu redor, conflitando entre a ancestralidade e a modernidade.

Por fim, a Arquivologia estuda a memória como uma herança cultural — seja pelos documentos, oralidade, monumentos, manifestações, etc. — e os documentos produzidos pelas religiões afro diaspóricas podem ser considerados pelo ponto de vista arquivístico como documentos pessoais que, posteriormente, serão utilizados como alicerces e aliados da lembrança religiosa, especialmente por se tratar de um culto majoritariamente de tradição oral.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. L. de. Da tradição oral à escrita: cultura, resistência e cadernos de fundamentos. **Ideias e Inovação - Lato Sensu**, v. 3, n. 3, p. 37, 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/ideiaseinovacao/article/view/4368>. Acesso em: 22 set. 2021.
- ARAÚJO, Leandro. LIMA, Ari. Caderno de fundamentos: arquivos do sagrado e dos segredos. **Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL. BOITATÁ**, Londrina, n. 25, jan.-jun. 2018. Disponível em: [www.uel.br/revistas/uel/index.php/boitata/article/view/35136/0](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/boitata/article/view/35136/0). Acesso em: 22 set. 2021.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas; n. 51).
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. **Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos: e-ARQ Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, p. 27-39, 2009. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/2009-2-A02.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf). Acesso em: 22 set. 2021.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre Arquivos Pessoais. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul./dez. 2008.
- CAMPOS FILHO, Emanuel. **A Importância do intelectual orgânico do candomblé e do estudo de etno-botânica na obra de José Flávio Pessoa de Barros**. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.
- CASTILLO, Lisa Earl. **Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Brique de Lemos, 2008.
- GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.7, n.13. 2015.
- HAMPATÉ BÂ, Amadou. A Tradição viva. **História geral da África**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.
- MOREIRA, Ana Paula Cabral. SILVA, Francisco Thiago. O estudo das religiões afro-brasileiras e seus aspectos no ambiente escolar. **Periódico Científico Projeção e Docência**, v. 6, n. 1, p. 63-82, 2015.

NASCIMENTO, Alessandra Amaral Soares. Candomblé e Umbanda: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil. **RBSE**, 923 a 944, dez. 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/grem/AlessandraArt.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

OLIVEIRA, O. L. **O léxico da língua de santo: a língua do povo de santo em terreiros de candomblé de Rio Branco, Acre**. Rio Branco: Edufac, 2019. Disponível em: [http://www2.ufac.br/editora/livros/OLXICO\\_OCLIO.pdf](http://www2.ufac.br/editora/livros/OLXICO_OCLIO.pdf). Acesso em: 19 set. 2021.

ODÉ KILEUY, VERA DE OXAGUIÃ. **O Candomblé bem explicado: nações Bantu, lorubá e Fon**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 42.557/2016, de 07 de novembro de 2016. Declara Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial a Umbanda e cria o cadastro dos terreiros de umbanda. **Diário Oficial do Rio de Janeiro**, 08 nov. 2016. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4368015/4176955/40DECRETO42557CadastroTerreirosdeUmbanda08112016.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Rio de Janeiro: UFRJ/Biblioteca Nacional, 2006.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Os Orixás da metrópole**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.